

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
ATIVO		69.192.242	53.633.607	PASSIVO		69.192.242	53.633.607
Circulante		9.241.912	7.020.229	Circulante		9.293.414	5.521.047
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	8.503.578	6.238.174	Fornecedores de Bens e Serviços	12	1.031.694	874.104
Caixa		-	1.291	Contratos a Faturar	13	1.579.185	1.200.494
Banco C/ Movimento - Recursos com Restrição		1	14.925	Obrigações Pessoal	14	4.893	-
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição		8.503.577	6.221.958	Obrigações Sociais	15	425.767	448.524
Créditos a Receber		114.925	292.025	Obrigações Tributárias	16	175.448	94.593
Contrato de Gestão e Convênios		-	-	Outras Obrigações	17	83.898	255.433
Adiantamento a Colaborador	5	66.682	82.797	Provisões Folha de Pagamento	18	1.481.496	1.419.340
Adiantamento a Fornecedor	6	9.128	38.668	Subvenções a Realizar	19	4.511.034	1.228.559
Crédito Judicial	7	-	6.148				
Despesas Antecipadas	8	1.119	76	Não Circulante + PL + Compensado		59.898.828	48.112.560
Outros Direitos	9	37.996	164.336	Não Circulante		13.040	1.499.182
Estoques	10	623.409	490.029	Contrato de Gestão		-	-
Estoque com Restrição		623.409	490.029	Processos/Contingências	20	13.040	1.499.182
Não Circulante + Compensado		59.950.331	46.613.378	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-	-
Realizável a Longo Prazo	11	64.543	-	Patrimônio Social		-	-
Dépósitos Judiciais		19.727	-	Superávit ou Déficit Acumulado com Restrição		-	-
Créditos Judiciais		44.816	-	Passivo Compensado	24	59.885.788	46.613.378
Investimentos		-	-	Contrato de Gestão		44.621.027	32.996.649
Imobilizados		-	-	Bens Cedidos		637.683	598.601
Imobilizados		-	-	Bens Adquiridos Contrato de Gestão		10.063.670	8.641.606
Intangível		-	-	Estoque Terceiros		74.483	74.483
		-	-	Isenção Cebas		4.488.925	4.302.040
Ativo Compensado	24	59.885.788	46.613.378				
Contrato de Gestão		44.621.027	32.996.649				
Bens Cedidos		637.683	598.601				
Bens Adquiridos Contrato de Gestão		10.063.670	8.641.606				
Estoque Terceiros		74.483	74.483				
Isenção Cebas		4.488.924	4.302.040				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

	Nota	2024	2023
RECEITAS OPERACIONAIS		40.363.244	40.188.319
Receita com Atividades na Saúde c/ Restrição	21	40.363.244	40.188.319
Receitas de Subvenção Governamental		40.352.279	40.184.843
Trabalho Voluntário	28	10.965	3.476
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(30.167.172)	(21.940.596)
Despesas/Custos c/ Material, Serviços e Pessoal	22	(30.167.172)	(21.940.596)
Custos com Materiais		(4.125.222)	(3.602.344)
Outras Despesas		116.433	(1.924)
Custos com Serviços		(8.337.829)	(536.658)
Custos com Manutenção		(9.884)	-
Despesas com Pessoal		(15.960.723)	(15.932.365)
Encargos Trabalhistas		(1.770.719)	(1.815.033)
Benefícios Trabalhistas		(68.263)	(48.796)
Trabalho Voluntário	28	(10.965)	(3.476)
RESULTADO BRUTO		10.196.072	18.247.724
DESPESAS OPERACIONAIS		(10.196.072)	(18.247.724)
Despesas c/ Atividade de Saúde c/ Restrição	23	(10.196.072)	(18.247.724)
Aluguéis Operacionais		(778.800)	(693.297)
Serviços Contratados		(6.416.793)	(14.057.875)
Manutenção		(357.363)	(182.823)
Despesas de Apoio Administrativo		(21.816)	(18.816)
Despesas Tributárias		(5.890)	(2.957)
Despesas c/ Execução do Patrimônio		(1.442.312)	(507.837)
Rateio Despesas Administrativas		(1.155.949)	(1.342.124)
Despesas Financeiras		(4.109)	(5.559)
Processos/Contingências		(13.040)	(1.436.437)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

	2024	2023
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-



HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DO EXERCÍCIO FINDO EM 2024 E 2023

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	-	-
Superávit / Déficit Ajustado	-	-
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	(20.821)	19.699.417
Clientes e Outros Diretos	126.340	(16.517)
Créditos Judiciais	(13.578)	-
Recursos Subvenção Governamental	-	19.482.692
Adiantamento a Colaboradores	16.116	19.833
Adiantamento a Fornecedores	(15.276)	5.329
Estoque	(133.379)	208.156
Despesas Antecipadas	(1.043)	(76)
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	2.286.225	(32.253.058)
Fornecedores de Bens e Serviços	157.589	(499.485)
Contratos a Faturar	378.690	1.200.494
Obrigações com Colaboradores	4.893	-
Encargos Sociais	(11.267)	37.408
Obrigações Tributárias	69.365	9.289
Outras Obrigações	(171.535)	(47.468)
Provisões de Folha de Pagamento	62.156	179.023
Contrato de Gestão e Convênios	3.282.476	(34.245.448)
Processos/Contingências	(1.486.142)	1.113.129
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	2.265.404	(12.553.641)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	5.185
Aquisição de Bens e Direitos para o Ativo	-	5.185
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	-	5.185
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	-	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.265.404	(12.548.456)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	6.238.174	18.786.630
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	8.503.578	6.238.174
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	2.265.404	(12.548.456)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) DO EXERCÍCIO FINDO EM 2024 E 2023

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECURSOS RECEBIDOS	43.741.368	25.405.570
Recursos Subvenção Governamentais	43.634.755	25.422.087
Outros Recebíveis	106.614	(16.517)
PAGAMENTOS REALIZADOS	(40.033.652)	(37.451.374)
Fornecedores de Insumos e Bens	(15.752.206)	(15.964.809)
Contratos a Faturar	378.690	1.200.494
Estoque e Custo com Materiais	(4.258.601)	(3.394.188)
Obrigações com Colaboradores, Benefícios e Encargos Sociais	(17.789.963)	(17.738.953)
Obrigações Tributárias e Despesas Tributárias	63.475	6.333
Outros Obrigações e Obrigações com Rateio	(1.211.052)	(1.391.516)
Provisões Folha de Pagamento	62.156	179.023
Processos/ Contingências	(1.499.182)	(323.308)
Despesas de Apoio Administrativo	(22.860)	(18.892)
Despesas Financeiras	(4.109)	(5.559)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.707.717	(12.045.804)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Bens e Direitos para Ativo e Despesas com Execução	(1.442.312)	(502.652)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.442.312)	(502.652)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
SALDO TOTAL LÍQUIDO DE OPERACIONAL/INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	2.265.404	(12.548.456)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	6.238.174	18.786.630
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	8.503.578	6.238.174
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.265.404	(12.548.456)



HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

DMPL	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Fundo Social em 31/12/2022	-	-	-
Apropriação do Superávit/Déficit 2022			
Superávit/Déficit do Exercício 2023			
Fundo Social em 31/12/2023	-	-	-
Apropriação do Superávit/Déficit 2023			
Superávit/Déficit do Exercício 2024			
Fundo Social em 31/12/2024	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária Colônia Santa Marta - HDS é um hospital público, administrado pelo Estado de Goiás por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO e gerenciado pela Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde – Agir, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº 5.591/2002 e requalificada como Organização Social de Saúde Decreto Estadual nº 8.501/2015, com filial constituída com nome fantasia HDS.

O HDS é uma unidade de saúde especializada de média complexidade, com objetivo de prestar atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito ambulatorial, com atendimentos médicos e multiprofissionais especializados, e de exames. No âmbito de internação, com internações especializadas em cuidados prolongados. E ainda, presta assistência integral aos pacientes moradores da residência assistencial, ex-pacientes da antiga Colônia Santa Marta.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente nas operações contábeis e financeiras do HDS, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações financeiras.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

- As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros de acordo com **Resolução 1409/2012** que aprova a **ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros** e tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidades sem finalidade de lucros.

- Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na **nota 3**.

2.1.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS SUPERINTENDENTES

A Superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2024** e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2024 a unidade hospitalar manteve a estrutura com **CNPJ 05.029.600/0004-49 - HDS**.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4. CONTRATO DE GESTÃO:

Visando o gerenciamento das ações e serviços de saúde a AGIR/HDS

assinou Contrato de Gestão:

Termo de Transferência de Gestão 002/2013-SES/AGIR/HDS. Em 02 de dezembro de 2013, foi firmado termo de transferência de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde visando a transferência da gestão do **Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária Colônia Santa Marta (HDS):** 11º Termo Aditivo vigente assinado em 11/10/2024, com vigência de **27/03/2024 até 27/03/2026**, com possibilidade de renovação.

2.5 ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTAS

Com o intuito de unificação e tratamento contábil, bem como a padronização a SES - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás através do Ofício Circular nº 689/2020 – SES e posteriormente o Ofício Circular nº. 797/2020 – SES determinou a adequação do Plano de Contas de todas as unidades administradas por OS's a adotar o modelo SES-GO, sendo assim, as unidades administradas pela AGIR: HDS adotou o Plano de Contas modelo SES-GO a partir de 2021.

2.6 POLÍTICA CONTÁBIL E FINANCEIRA

A Agir com objetivo de garantir a gestão efetiva das informações contábeis e financeiras objetivando registros confiáveis, rastreabilidade e transparência no que se refere a adequada aplicação dos recursos financeiros geridos pela Agir, declarou em outubro de 2021 a Política Contábil e Financeira.

3. ATIVOS, PASSIVOS E RESULTADO

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Contemplam, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados no custo acrescidos das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

b) Regime de Apropriação

Os custos, as despesas e as receitas da entidade foram apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade (grau de liquidez), respectivamente, sendo que aqueles vencíveis até o exercício seguinte foram classificados no Circulante, enquanto os que irão vencer após o término do exercício seguinte foram classificados no Não Circulante.

c) Apuração de Resultado

- As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

- As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

- As receitas com trabalhos voluntários são mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes financeiros que o HDS haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2024 a unidade hospitalar registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa n.º 24.

d) Ativos e Passivos Não Circulantes

Demonstrados por valores de realização/obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos ou as despesas incorridas até a data do Balanço Patrimonial.

e) Julgamentos ou Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (a) as subvenções a apropriar, para as quais a unidade tem razoável segurança de que há risco provável de não recebimento (perdas prováveis) e (b) provisão para riscos e processos judiciais.

f) Receitas de Aplicações de Subvenções

As aplicações financeiras referentes aos recursos recebidos de subvenções estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço Patrimonial.

g) Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) A subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas no passivo. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições deste Pronunciamento **CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais**. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo.

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição, deduzido das perdas decorrente do fluxo normal das atividades. Na unidade hospitalar está relacionada, principalmente a materiais hospitalares, medicamentos e de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital, sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

i) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, construção ou doação, até a conclusão dos procedimentos de transferência para a Secretaria de Estado de Saúde - SES/GO, conforme determina o contrato de gestão. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. Após a formalização da transferência dos bens, o HDS fica com a obrigação de guarda, controle e manutenção dos mesmos.

j) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura/nota fiscal ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

k) Aspectos Tributários

A Agir é uma entidade sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195 da Constituição Federal, portanto, imune/isenta de recolhimento de impostos e contribuições, e é detentora da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), atualmente renovada pela portaria do Ministério da Saúde nº 639, de 22 setembro de 2022, com validade de 29/06/2021 a 28/06/2024. Informamos que a entidade protocolou em 05/12/2023, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.182648/2023-11, o qual se encontra pendente de julgamento.

l) Gratuidades - Atendimento SUS

Em decorrência da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedida em 2012, renovada através da portaria do Ministério da Saúde nº 639, de 22 setembro de 2022, com validade de 29/06/2021 a 28/06/2024.

A unidade hospitalar atende somente a pacientes da rede SUS, portanto cumprindo as determinações da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre o CEBAS regulamentada pelo Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014. (Revogada pela Lei complementar 187 de dezembro de 2021). "§ 2º A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".

m) Provisão para Prováveis Perdas em Processos Judiciais

O HDS é parte em processos judiciais, conforme descrito na **nota 19**. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento

jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Agir.c

n) Patrimônio Social

O Patrimônio Social do HDS é apresentado com saldos nulos, em razão do cumprimento do **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais**, item 15, letra (b), onde se lê:

(b) "subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação".

E item 16, onde se lê:

"É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados".

o) Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2024	2023
Caixa	-	1.291
Bancos Conta Movimento (A)	1	14.925
Aplicações Financeiras (B)	8.503.577	6.221.958
TOTAL	8.503.578	6.238.174

(A) Recursos vinculados ao Contrato de Gestão, o qual não foi transferido para contas de aplicação.

(B) As aplicações financeiras são recursos de subvenções e referem-se substancialmente a CDB (Certificado de Depósito Bancário), remuneradas a taxa de 97,50% do CDI do CDI na instituição ITAÚ. As aplicações realizadas na instituição Caixa Econômica Federal referem-se ao fundo CAIXA FIC GIRO MPÉ RF REF DI LP, com uma rentabilidade de 9,3828% nos últimos 12 meses.

5. ADIANTAMENTO A COLABORADOR

DESCRIÇÃO	2024	2023
Adiantamento de Férias (A)	21.731	47.385
Antecipação de Salários (A)	8.036	-
Adiantamento de Plano de Saúde (A)	36.915	35.412
TOTAL	66.682	82.797

(A) Os adiantamentos realizados aos colaboradores são valores pagos de acordo com a legislação específica do trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, com realização prevista para o mês de janeiro de 2025.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDOR

DESCRIÇÃO	2024	2023
Adiantamento a Fornecedores	9.128	-
Creditos com Fornecedor (A)	-	38.668
TOTAL	9.128	38.668

(A) As condenações judiciais suportadas nas ações envolvendo a OFFICE Segurança como 1º Requerido foram pagas em razão da atribuição de responsabilidade subsidiária à tomadora de serviços, AGIR, para o pagamento das verbas trabalhistas rescisórias devidas aos funcionários que prestaram serviços em nossas unidades de saúde por meio da empresa em questão. Esta atribuição se deu pelo fato da referida empresa ter decretado sua recuperação judicial. Diante deste cenário, a AGIR está providenciando sua habilitação nos autos da recuperação judicial para tentar reaver os valores pagos nestes casos, visto que se trata de crédito trabalhista devido pela OFFICE Segurança.

7. CRÉDITO JUDICIAL

Os depósitos judiciais são recursos depositados em decorrência das ações do curso normal das atividades.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Créditos Judiciais (A)	-	6.148
TOTAL	-	6.148

(A) Os créditos judiciais estavam classificados no Ativo Circulante por ter a previsibilidade de execução das ações no ano seguinte, entretanto em 2024 foram reclassificados para o Ativo Não Circulante por entender que é sem previsão de execução das ações.

8. DESPESAS ANTECIPADA

Trata-se de valores relativos a seguros referentes a bens corpóreos da unidade, como prédios e veículos.

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Seguro a Propriar HDS	1.119	76
TOTAL	1.119	76

9. OUTROS DIREITOS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Empréstimos Estoque Concedidos (A)	37.996	158.847
Direito HDS a Receber Agir	-	5.489
TOTAL	37.996	164.336

(A) Refere-se aos empréstimos realizados para outras unidades hospitalares do estado de Goiás.

10. ESTOQUE

Os estoques estão relacionados principalmente a materiais hospitalares e medicamentos a serem utilizados na operacionalização da unidade hospitalar. O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Medicamentos HDS	263.055	159.531
Material Médico Hospitalar HDS	250.245	233.392
Almoxarifado Geral HDS	110.109	97.106
TOTAL	623.409	490.029

11. ARLP COM RESTRIÇÃO

CRÉDITO JUDICIAL

É considerado um ativo realizável a longo prazo aquele que só se tornará líquido em um prazo maior que um ano.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Depósitos Judiciais - HDS (A)	19.727	-
Crédito com fornecedor - HDS (B)	44.816	-
TOTAL	64.543	-

(A) Os valores reservados nas contas de depósitos judiciais, em sua maioria, referem-se aos pagamentos realizados para garantir o juízo no âmbito da justiça do trabalho, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, que prevê a necessidade do pagamento de determinados valores para apresentação de alguns recursos por parte da Reclamada na esfera trabalhista. A depender do resultado do recurso interposto, o valor do depósito recursal poderá ser devolvido à Instituição ou abatido no momento do pagamento da condenação.

(B) As condenações judiciais suportadas nas ações envolvendo a OFFICE Segurança como 1º Requerido foram pagas em razão da atribuição de responsabilidade subsidiária à tomadora de serviços. AGIR, para o pagamento das verbas trabalhistas rescisórias devidas aos funcionários que prestaram serviços em nossas unidades de saúde por meio da empresa em questão. Esta atribuição se deu pelo fato da referida empresa ter decretado sua recuperação judicial. Diante deste cenário, a AGIR está providenciando sua habilitação nos autos da recuperação judicial para tentar reaver os valores pagos nestes casos, visto que se trata de crédito trabalhista devido pela OFFICE Segurança.

12. FORNECEDORES

Os fornecedores em 31 de dezembro de 2024 do HDS com prazo médio de vencimento inferior a 90 dias:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Fornecedores de Insumos HDS (A)	572.806	354.618
Fornecedores de Serviços Médicos HDS (A)	154.934	315.573
Fornecedores de Serviços Diversos HDS (A)	303.954	201.733
Fornecedores de Bens Patrimoniais HDS	-	2.180
TOTAL	1.031.694	874.104

(A) Os fornecedores em 31 de dezembro de 2024 do HDS com prazo médio de vencimento inferior a 90 dias, as obrigações a pagar referem-se às aquisições de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da unidade.

13. CONTRATO A FATURAR

DESCRIÇÃO	2024	2023
Contratos a Faturar Serviços Médicos (A)	590.708	459.325
Contratos a Faturar Serviços Diversos (B)	988.477	741.169
TOTAL	1.579.185	1.200.494

(A) Do montante, o valor de R\$ 590.708 refere-se à lançamento de notas fiscais da competência 12/2024 o qual são revertidas em janeiro de 2025.

(B) Do montante, o valor de R\$ 988.477 refere-se à lançamento de notas fiscais da competência 12/2024 o qual são revertidas em janeiro de 2025.

14. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

As obrigações com pessoal do HDS foram reconhecidas pelo regime de competência como segue:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Provisão de Contingências Trabalhistas	13.040	1.499.182
TOTAL	13.040	1.499.182

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais do HDS foram reconhecidas pelo regime de competência, são referentes a INSS, FGTS, Contribuição Sindical e Imposto de Renda Retido sobre a Folha de Pagamento com liquidação prevista para janeiro de 2024.

DESCRIÇÃO	2024	2023
INSS de Folha a Recolher	56.658	73.103
FGTS de Folha a Recolher	137.331	133.563
Contribuições Sindicais a Pagar	16.543	15.132
IRRF / Sobre Folha a Recolher	215.235	266.726
TOTAL	425.767	448.524

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA

As obrigações tributárias do HDS foram reconhecidas pelo regime de competência, são referentes a retenção sobre serviços de terceiros, com liquidação prevista para janeiro de 2025.

DESCRIÇÃO	2024	2023
IRRF sobre Pessoa Jurídica a Recolher	14.250	10.759
ISS Retido a Recolher	42.195	36.016
PIS/COFINS/CSLL Serv. Terc. a Recolher	82.759	21.354
INSS Ret. Serv. Terc. a Recolher	36.245	26.463
TOTAL	175.448	94.593

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2024	2023
Outras Obrigações	-	2.811
Obrigação HDS a Pagar Agir - HDS	-	13.343
Obrigação HDS a Pagar CRER - HDS	-	1.640
Obrigação HDS a Pagar HUGOL - HDS	-	1.659
Empréstimos de Estoque Recebidos HDS (A)	22.395	104.109
Obrigações Com Rateios Agir - HDS (B)	61.503	131.870
TOTAL	83.898	255.433

(A) Refere-se aos empréstimos realizados para outras unidades hospitalares do estado de Goiás.

(B) Valores não repassados do HDS referente as despesas administrativas da Agir que são rateadas entre as unidades hospitalares administradas.

18. PROVISÕES FOLHA DE PAGAMENTO

Os saldos são compostos por provisão de férias e encargos.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Provisão de Férias	1.371.756	1.314.204
Provisão de FGTS sobre Férias	109.740	105.136
TOTAL	1.481.496	1.314.204

19. SUBVENÇÕES A REALIZAR - CIRCULANTE

Representado por valores a realizar do Contrato de Gestão.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Contrato de Gestão (A)	4.438.734	1.228.559
Fundo de Prov. Fins Rescisórios - HDS (B)	72.300	-
TOTAL	4.511.034	1.228.559

(A) Valor de subvenções a executar referente a Contrato de Gestão.

(B) Trata-se de fundo de provisão para fins de rescisões trabalhistas e ações judiciais. Deverá ser formado com depósitos mensais de 3% do valor repassado pelo parceiro público para pagamento de pessoal CLT (Contrato 002/2013 - SES/GO e Termos Aditivos). Em 2023 o saldo do fundo rescisório encontra-se zerado, pois o valor foi utilizado para pagamento de rescisões.

20. PROCESSOS / CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	2024	2023
Provisão de Contingências Trabalhistas	13.040	1.499.182
TOTAL	13.040	1.499.182

A administração, com base em informações de sua assessoria jurídica e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso. O HDS é parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, decorrente do curso normal de suas operações. O registro das mesmas se dá, como preconiza a lei, quando existe provável execução. O HDS possui também Ações Judiciais Trabalhistas R\$ 270.529,92 classificadas como passivas.

Em síntese, a CPC 25 trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Com base nela, as contingências são classificadas da

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

seguinte forma:

- **Prováveis:** Quando há uma estimativa confiável e é mais provável que um evento resulte em uma saída de recursos do que o contrário. Nestes casos, é reconhecida a provisão no balanço.
- **Possíveis:** Quando há incerteza sobre o desfecho da contingência, ou seja, não é possível determinar se haverá uma saída de recursos. Nestes casos, não é reconhecida a provisão, mas o total é divulgado.
- **Remotas:** Quando a chance de uma saída de recursos é mínima. Nestes casos, não existindo necessidade de reconhecimento nem de divulgação nas demonstrações financeiras.

21. RECEITA COM ATIVIDADES NA SAÚDE COM RESTRIÇÃO

As receitas são de subvenções governamentais reconhecidas ao longo do período do Contrato de Gestão e confrontada com as despesas, por meio de execução, que pretende compensar em base sistemática e atendidas as condições do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Contrato de Gestão	40.352.279	40.188.319
TOTAL	40.352.279	40.188.319

22 DESPESAS / CUSTOS COM MATERIAL, SERVIÇOS E PESSOAL

As despesas relacionadas referem-se às despesas ocorridas no curso normal da atividade da unidade hospitalar reconhecidas conforme regime de competência.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Despesas com Pessoal	(15.960.723)	(15.932.365)
Encargos Trabalhistas	(1.770.719)	(1.815.033)
Benefícios Trabalhistas	(68.263)	(48.796)
Custo c/ recursos humanos	(17.799.705)	(17.796.194)
Custos com Materiais	(4.125.222)	(3.602.344)
Outras Despesas	116.433	(1.924)
Custos com Serviços	(8.337.829)	(536.658)
Custos com Manutenção	(9.884)	-
Custo em Recursos Hospitalares	(12.356.502)	(4.140.926)
TOTAL	(30.156.207)	(21.937.119)

Despesas e custos operacionais referente a manutenção das atividades desenvolvidas para garantir o funcionamento da unidade hospitalar.

23. DESPESAS COM ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO

As despesas relacionadas referem-se às despesas ocorridas no curso normal da atividade da unidade hospitalar reconhecidas conforme regime de competência.

DESCRIÇÃO	2024	2023
Despesas de Apoio Administrativas	(21.816)	(18.816)
Despesas Financeiras	(4.109)	(5.559)
Despesas Tributárias	(5.890)	(2.957)
Serviços Contratados	(6.416.793)	(14.057.875)
Aluguéis Operacionais	(778.800)	(693.297)
Manutenção	(357.363)	(182.823)
Rateio Despesas Administrativas	(1.155.949)	(1.342.124)
Despesas com Execução do Patrimônio (A)	(1.442.312)	(507.837)
Processos/Contingências	(13.040)	(1.436.437)
TOTAL	(10.196.072)	(18.247.724)

(A) Valor refere-se execução de transferências de bens patrimoniais, conforme determina a Lei nº. 21.740/2022 – Art. 20. O HDS efetuou a transferência de seu ativo imobilizado para a Secretaria de Estado da Saúde/SES GO, ficando somente com a obrigação de guardar, zelar e manter. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

24. COMPENSADO

Os Bens de terceiros sobre administração da unidade estão assim classificados:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Contrato de Gestão	44.621.027	32.996.649
Bens Cedidos pela SES-GO	637.683	598.601
Bens Adquiridos Contrato de Gestão	10.063.670	8.641.606
Bens Comodatados de Terceiros (A)	74.483	74.483
Isonções Cebas (B)	4.488.924	4.302.040
TOTAL	59.885.788	46.613.378

(A) Bens comodatos terceiros composto pelas contas: Comodato - Maquinas Aparelhos e Equipamentos e Sistemas e Aplicativos de software.

(B) Isonções CEBAS contabilizadas conforme a ITG 2002 (R1). Item 26 - Contas de Compensação, sendo assim foram apuradas de janeiro a dezembro de 2024 o valor de R\$ 4.488.924. Gratuidade renovada pela Portaria nº 639, de 22 de setembro de 2022, do Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. "§ 2º da lei 187/2021 que estabelece certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".

"Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidência contábil"

25. DOAÇÕES

DESCRIÇÃO	2024	2023
Doações de Mercadorias (A)	39.244	12.045
Doações de Ativo Imobilizado (A)	55.629	16.623
TOTAL	94.873	28.668

(A) A unidade HDS recebeu doações de mercadorias composta por: materiais hospitalares e medicamentos no valor de R\$ 39.244; e doação de ativo imobilizado constituída por: móveis, veículo, utensílios e equipamentos médicos no valor de R\$ 55.629 neste ano de 2024. Houve aumento das receitas de doações em comparação com o ano de 2023, as doações são espontâneas, portanto, a instituição não tem nenhuma governança sobre os doadores.

26. SEGURO

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens patrimoniais. Conforme demonstrado a seguir:

SEGURO CARRO – Mapfre SEGURO (Doblo Attractive 1.4 Fire 8v)

Descrição	Vigência
4061000094031	03/04/2024 à 03/04/2024
Unidade	Valor Residual a Apropriar
HDS	R\$ 400
Descrição	Vigência
5311410682890	12/04/2024 à 12/04/2025
Unidade	Valor Residual a Apropriar
HDS	R\$ 719
TOTAL	
R\$ 1.119	

27. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas do HDS são levadas a cabo de escrituração contábil e reconhecimento, em consonância como o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, item 15 – letra (b), logo, as subvenções são reconhecidas como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação, pelo regime de competência. A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e racionais ao longo do período necessário e confrontado com as despesas correspondentes.

28. VOLUNTARIADO

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AGIR mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante o exercício. O valor de trabalho voluntário foi reconhecido como se devido fosse com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos, sendo estimado em R\$ 10.965.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - GESTÃO DE RISCOS E LIQUIDEZ

A unidade hospitalar participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio da definição de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, que a entidade possui (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar) são avaliados pelo custo amortizado e os títulos e valores mobiliários são avaliados ao valor justo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor contábil dos instrumentos financeiros apresentados no balanço



agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

patrimonial pelo custo amortizado não difere substancialmente dos seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, não existem instrumentos financeiros na forma de derivativos nem de risco semelhante.

As atividades da entidade a expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A superintendência executiva examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades da Entidade.

a. Risco de Capital e de Liquidez:

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

Os objetivos da Entidade ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações das Unidades Administradas.

b. Risco Legal:

Está associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

30. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Superintendente Executivo em 24 de março de 2025.

Goiânia, 24 de março de 2025.

Diego Rodrigues da Silva
Gerente Corporativo de Contabilidade e Custos
CRC 24300/O-0

Paulo Cesar Alves Pereira
Diretor Corporativo de Custos,
Contabilidade e Finanças
CRA-GO 16575

Lucas Paula da Silva
Superintendente Executivo
CORECON-2018/D

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE – AGIR

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde - AGIR, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, após examinarem os relatórios gerenciais e de atividades da instituição no gerenciamento da entidade (matriz) e filiais: CED, Clínicas TÊIAs e, também, no gerenciamento dos objetos dos contratos de gestão das unidades filiais CRER, HDS, HUGOL e HECAD; opinam pelas suas aprovações, sem ressalvas ou recomendações. De igual forma, após examinarem as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 2024, concluem, com base no parecer dos auditores externos independentes que as referidas demonstrações refletem fielmente a posição patrimonial e financeira da associação. Desse modo, manifestam, favoravelmente, pelo encaminhamento das citadas demonstrações para o Conselho de Administração e para a Assembleia Geral dos Associados e aos demais órgãos de fiscalização, opinando pela sua aprovação, sem ressalvas ou recomendações.

Goiânia, 28 de março de 2025.

Pedro Daniel Bittar
Conselheiro Fiscal-Presidente
Titular

César Helou
Conselheiro Fiscal
Titular

Milca Severino Pereira
Conselheira Fiscal
Suplente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e aos Conselheiros do

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA E REABILITAÇÃO SANTA MARTA – HDS

Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta – HDS (“HDS” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HDS em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Representatividade – passivo trabalhista/previdenciário

Na análise da auditoria para verificação do atendimento do exigido na Resolução Normativa 13/2017-TCE-GO, notadamente quanto ao disposto na alínea “s”, item 14 do seu Anexo I e no item 2 do seu Anexo III, a auditoria, para manifestar-se sobre a relação da evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciário e o seu impacto nas contas da auditada, constatou que a representatividade apurada foi de 2,78% em relação ao total das contas em 31 de dezembro de 2024, sendo que em 31 de dezembro de 2023 foi de 6,28%, ambos considerados aceitáveis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 28 de março de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Patrícia Oliveira de Oliveira
Contadora CRC RS-099011/O-7